

ACESSO À TERRA NOS PLANOS DE AÇÃO E MONITORIZAÇÃO INTERNACIONAIS: OPORTUNIDADES, E CONSTRANGIMENTOS

Cecília Delgado

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, FCSH.NOVA - Universidade Nova de Lisboa – Lisboa – Portugal, ceciliadelgado@fcsch.unl.pt,

<https://orcid.org/0000-0003-4211-0614>

Resumo

Este artigo pretende ser um primeiro contributo de reflexão sobre as oportunidades e constrangimentos ao acesso à terra para produção agrícola, a partir da análise crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e três planos de monitorização desenvolvidos pela: FAO - organização das Nações Unidas (NU) para a Agricultura; o Programa Ambiental das NU; a Fundação RUAF; e o Pacto de Milão. Argumenta-se que uma maior visibilidade das metas e indicadores de acesso à terra, nos planos de ação e monitorização assinados por governos nacionais e locais, pode constituir um instrumento de alavancagem do tema no âmbito do planeamento territorial e alimentar.

Como metodologia procedemos à identificação e análise crítica, dos temas, metas e indicadores que incluem a terra, nos quatro planos de ação e monitorização selecionados.

Registou-se a presença de indicadores de quantificação de acesso à terra em três dos quatro planos de ação e monitorização analisados. Estes indicadores estão presentes na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, mais precisamente, no ODS “equidade de género”, e nas temáticas “produção de alimentos” e “socioeconómica” do “Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework” (2019) e no “Collaborative Framework for Food Systems Transformation” (2019) respetivamente.

Conclui-se, recomendando que as metas e indicadores de acesso à terra deverão: 1) ser incorporadas nos instrumentos de planeamento territorial e alimentar; 2) integrar as iniciativas, programas e políticas que visem o fortalecimento dos sistemas alimentares locais; 3) ser visibilizadas através de campanhas de sensibilização e capacitação dos decisores políticos e técnicos dos governos nacionais e locais.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à terra; planeamento territorial e alimentar; indicadores de monitorização

ACCESS TO LAND IN INTERNATIONAL ACTION AND MONITORING PLANS: OPPORTUNITIES AND CONSTRAINTS

Abstract

This paper aims to be a first contribution to discuss the opportunities and constraints to land access based on a critical analysis of the 2030 Agenda for Sustainable Development - Sustainable Development Goals (SDGs) and three monitoring plans developed by: FAO the United Nation Organization (UN) dedicated to Agriculture; (UN) the UN Environmental Program; RUAF foundation; and, the Milan Pact. It is argued that more visibility of existing land access targets and indicators, in the action and monitoring plans signed by national and local governments, need to be done, as a tool to leverage the issue, among territorial and food planning instruments.

As a methodology, we carry out the identification and critical analysis of the topics, targets and indicators that include land, in the four selected action and monitoring plans.

The presence of indicators quantifying access to land was observed in three out of the four action and monitoring plans analysed. These indicators are present in the 2030 Sustainable Development Agenda, namely in the SDG "gender equity", and in the topics of "food production" and "socio-economic" in the Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework" (2019) and the "Collaborative Framework for Food Systems Transformation" (2019) respectively.

In conclusion we recommend that land access targets and indicators should be: 3) embedded in territorial and food planning instruments; 2) included in initiatives, programmes and policies aimed at strengthening local food systems; 3) made more visible through awareness-raising and capacity-building campaigns for national and local governments decision-makers and technicians.

KEYWORDS: *land access; food and urban planning; local food systems*

INTRODUÇÃO - O ACESSO À TERRA PARA PRODUÇÃO

Este artigo pretende ser um primeiro contributo para refletir sobre as oportunidades e constrangimentos ao acesso à terra a partir da análise crítica do plano de ação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030¹ e três planos de monitorização de iniciativas, programas e políticas alimentares e agrícolas, propostos por organizações internacionais. Argumenta-se que uma maior visibilidade das metas e indicadores de acesso à terra para produção agrícola, existentes nos planos assinados por governos nacionais e locais, pode ser um instrumento de alavancagem do tema no âmbito do planeamento territorial e alimentar.

O tema do acesso à terra é pertinente e atual. Nos Estados Unidos da América, cidades como Pittsburg², Ohio³ e Detroit⁴, desenvolveram políticas e programas com o objetivo de facilitar o acesso à terra, pública e privada, para fins produtivos. Na Europa, cidades como Paris (França), Bruxelas (Bélgica) ou Barcelona (Espanha) incluíram a dimensão

1 Ver em Português https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfisdgdoconf&contexto=pte&menu-BOUI=13707294&perfil=289273467&perfilse_tema=289273638

2 Ver Adopt-A-Lot Ordinance em <https://pittsburghpa.gov/dcp/toolkit> (acedido em Outubro 2021)

3 Ver <https://countrysidefoodandfarms.org/history-and-mission/> (acedido em Outubro 2021)

4 Ver Land Based Projects <https://detroitmi.gov/departments/general-services-department/office-sustainability/land-based-projects> (acedido em Outubro 2021)

do acesso à terra nas suas estratégias alimentares. Em Paris, o município, desenvolveu o programa *Parisculteurs*⁵ com o objetivo de mapear espaços produtivos na cidade e municípios limítrofes, promovendo o seu uso por profissionais de Agricultura Urbana. O objetivo foi alcançado em 2020 com 48 hectares de agricultura urbana. Algumas destas cidades são apoiadas por organizações não governamentais como a “Terre-en-vue”⁶ sediada na Bélgica, ou a “Terre de Liens”⁷, sediada na França. O projeto-piloto *BoerenBruxselPaysans*⁸ nos arredores de Bruxelas já garantiu o acesso a mais de 5 hectares de terra privada e pública para formação de novos agricultores urbanos. Em Portugal, municípios, como Cascais⁹ ou Santo Tirso¹⁰, entre outros, criaram bancos de terra, facilitando a ligação¹¹ entre os proprietários de terras devolutas e agricultores interessados. Numa ótica de fixação de novos habitantes e, simultaneamente, de uso de terras devolutas, o município de Mértola em Portugal facilita o acesso à terra e formação em agricultura regenerativa aos interessados que se queiram fixar no município¹².

Uma análise não exaustiva da literatura existente revela que o tema do acesso à terra para produção agrícola alcançou alguma notoriedade no seio da academia (Delgado, 2021; Manganelli & Moulart, 2019; Perrin et al., 2020) e das organizações não governamentais (Rodrigo & Rioufol, 2017). E coexiste com outras problemáticas como: a preservação da terra para fins produtivos e de soberania alimentar (Rioufol et al., 2020); a degradação da qualidade dos solos; perda de biodiversidade; a fragilidade dos ecossistemas locais; ou luta contra as alterações e mitigação climática (Daher & Hora, 2020).

A pandemia Covid-19 veio acelerar a pertinência do debate a partir da constatação das fragilidades do sistema alimentar global e da urgência de aumentar a resiliência dos sistemas locais (Marocchino et al., 2020; Poch et al., 2020) que dependem do acesso à terra para garantir a produção local.

Em síntese, este artigo é um estudo exploratório baseado na análise crítica da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (UNDP, 2021) e respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e três planos de monitorização: “Sustainable Assessment of Food and Agriculture Systems” (FAO, 2013); “Collaborative Framework for Food Systems Transformation” (UNEP, 2019); “Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework” (FAO et al., 2019). Na próxima sessão apresentam-se as razões que justificam a seleção destes documentos de referência e a metodologia adotada para aferir os indicadores que abordam a temática do acesso à terra. Na sessão seguinte faz-se uma breve apresentação crítica dos planos de ação e monitorização selecionados. Na terceira sessão apresentam-se e debatem-se os resultados da pesquisa dos indicadores e metas de acesso à terra aferidos nos ODS e planos de monitorização. O artigo termina com uma reflexão sobre as oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento de políticas públicas alimentares territoriais que considerem o acesso à terra, com base nos planos de ação e monitorização analisados.

5 Ver *Parisculteurs* <https://www.parisculteurs.paris/> (acedido em Outubro 2021)

6 Ver <https://terre-en-vue.be/> (acedido em Outubro 2021)

7 Ver <https://terredeliens.org/> (acedido em Outubro 2021)

8 Ver <https://www.boerenbruxselpaysans.be/> (acedido em Outubro 2021)

9 Ver <https://bancodeterras.cascais.pt/> (acedido em Outubro 2021)

10 Ver <https://www.cm-stirso.pt/investir/invest-santo-tirso/invest-santo-tirso-o-seu-ponto-de-apoio-para-investir/apoios-ao-investimento/bolsa-de-terras-municipal> (acedido em Outubro 2021)

11 Esta facilitação não é suficiente dado que não existe um mapeamento que identifique os terrenos devolutos com capacidade agrícola. Defendemos que este mapeamento deveria ser realizado pelas administração central.

12 Ver <https://www.cm-mertola.pt/municipio/comunicacao-municipal/noticias/item/4150-programa-bolsa-de-terras-vaga-disponivel> ; <https://www.facebook.com/terrasintropical/> (acedido em Outubro 2021).

METODOLOGIA E AMOSTRA - HÁ “TERRA” NOS PLANOS DE AÇÃO E MONITORIZAÇÃO?

A escolha destes quatro planos justifica-se pela diversidade de organizações envolvidas na sua elaboração, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), a FAO – agência da ONU dedicada à Alimentação e Agricultura e o Programa Ambiental da ONU. Juntamente com organizações não governamentais como a fundação RUAF¹³ e o “Milan Urban Policy Food Pact”¹⁴. Adicionalmente foram valorizadas as diferentes escalas territoriais, como a escala global dos ODS, a escala nacional e local do “Collaborative Framework for Food Systems Transformation”, a escala municipal do “Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework”. Por fim, embora os ODS não correspondam a um plano de monitorização, mas de ação, a sua inclusão justifica-se como o chapéu que orienta os restantes planos de monitorização.

No que se refere à metodologia procedeu-se à análise da literatura existente e seleção de quatro planos de ação e monitorização. Posteriormente fez-se uma leitura crítica dos documentos selecionados tendo-se identificado as temáticas estruturais de cada um dos planos de ação e monitorização. Seguidamente procedeu-se à identificação dos indicadores e metas (para os ODS) selecionando apenas os que mencionavam a palavra “terra (s)”, “solo (s)”, “horta(s)” e “espaços produtivos” no seu articulado, com a finalidade de selecionar apenas os indicadores e metas referentes à terra, lato sensu. Numa terceira fase analisou-se se a “terra” e restantes palavras e expressões, selecionadas correspondiam, ou não, à problemática do acesso à terra. Por fim, e apenas para as metas dos ODS, analisámos a coerência entre as metas e os indicadores estabelecidos.

REVISÃO DA LITERATURA - CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E MONITORIZAÇÃO ANALISADOS

Para cada um dos planos de ação e monitorização apresenta-se uma breve contextualização e análise crítica que justificou a sua seleção.

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável foi definida em 2015 no âmbito da cimeira das ONU. Corresponde a um plano de ação ambicioso para o desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global. A agenda estabelece um conjunto de 17 objetivos – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – dos quais oito, de acordo com a FAO, estão diretamente relacionados com a alimentação e a agricultura, i.e.: 1, 2, 5, 6, 10, 12, 14 and 15¹⁵. Cada objetivo é corroborado por um conjunto de metas. No total são 169 metas a ser alcançados, por todos os países signatários, até 2030. Para monitorizar o progresso dos ODS, foi aprovado em 2016, um quadro de 241 indicadores. A agenda foi assinada pelos 193 Estado-Membros que compõem as Nações Unidas, entre os quais Portugal e Brasil.

O plano de monitorização “Sustainable Assessment of Food and Agriculture Systems” (SAFA) (FAO, 2013) foi desenvolvido pela ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2013, ou seja, antecede os ODS. O plano apresenta-se subdividido em quatro temáticas: Boa Governança (19 indicadores); Integridade Ambiental (54 indicadores); Resiliência Económica (26 indicadores); e Bem-estar Social (19 indicadores). Os 118 indicadores foram desenvolvidos por atores da prática e especialistas a partir da análise dos pontos críticos de cada sub-tema. Cada indicador é descrito através de uma folha metodológica, o que também ocorre noutros planos de monitorização como o “Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework” (MUPPMF).

13 Ver <https://ruaf.org/> (Acedido em Outubro 2021).

14 Ver <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/> (Acedido em Outubro 2021).

15 Ver <http://www.fao.org/publications/highlights-detail/en/c/1440069/> (Acedido em Outubro 2021).

O plano de monitorização “Collaborative Framework for Food Systems Transformation” (CFSS) corresponde a um produto do programa “One Planet Network - Sustainable Food Systems” do programa ambiental da ONU. O plano propõe um quadro colaborativo para a transformação dos Sistemas Alimentares dirigido aos governos e partes interessadas, a nível nacional ou local composto por quatro ações. O plano foca-se nas ações de Governança dos Sistemas Alimentares propondo, em paralelo, um conjunto de indicadores dos ODS para apoiar direta ou indiretamente o monitoramento dos resultados das políticas. Os indicadores são subdivididos em três temáticas: Segurança alimentar e nutricional (3 indicadores); Ambiente (11 indicadores); e Socioeconomia (8 indicadores). Embora estes indicadores correspondam a uma seleção dos indicadores estabelecidos pelos ODS, não são necessariamente os mesmos que a FAO estabelece. No CFSS são consideradas os seguintes objetivos: 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, ou seja, 13 ODS, contra os oito consideradas pela FAO (2021)¹⁶.

O Pacto de Milão para foi criado 2015 no âmbito da Expo 2015 dedicada à temática “Alimentar o nosso Planeta, Energia e Vida”. O pacto consiste numa declaração política que se estabelece através da assinatura do responsável municipal, assumindo os compromisso de desenvolver sistemas alimentares sustentáveis e resilientes, nutritivos e acessíveis para todos, proteger a biodiversidade e lutar contra o desperdício alimentar. À data (2021) mais de 200 cidades de todo o mundo assinaram esta pacto, nomeadamente duas cidades Portuguesas – Funchal e Torres Vedras, e cinco cidades Brasileiras - Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Araraquara, São Paulo, Curitiba. Em 2019 uma parceira composta pela FAO, a RUAF e o Pacto de Milão desenvolveu o “Milan Urban Policy Pact Monitoring Framework”, um documento que propõe 6 temáticas e 44 indicadores de monitorização dirigidos às cidades signatárias, i.e.: Governança (seis indicadores); Dieta e Nutrição Sustentáveis (10 indicadores); Equidade social e económica (7 indicadores), Produção Alimentar (9 indicadores; Abastecimento e Distribuição Alimentar (7 indicadores) e por fim; Desperdício Alimentar (4 indicadores). Cada indicador é descrito através de uma folha metodológica. O MUPPMF suporta-se nas 37 recomendações/ações que compõem a declaração de compromisso assinadas pelos municípios. O MUPPMF faz a correspondência entre os indicadores e os ODS identificando os seguintes: 1, 2, 3, 4, 11, 12, 15, 16 e 17.

Em síntese, embora a amostragem não permita um estudo exaustivo e representativo de todos os planos de monitorização existentes e respetivos indicadores relativos ao acesso à terra, considera-se que esta amostragem é suficiente para um exercício exploratório. Por fim, embora o não alinhamento dos ODS utilizados nos diferentes planos de monitorização mereça uma análise crítica, esta não será considerada por ultrapassar o objetivo do presente artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO - O ACESSO À TERRA NAS METAS E INDICADORES DOS PLANOS

A tabela 1 permite comparar as diferentes temáticas/objetivos presentes em cada plano. Há, como seria expectável, uma maior similitude nas temáticas apresentadas nos planos SAFA, CFSS e MUPPMF. Por outro lado, os ODS apresentam um conjunto de temáticas bastante mais abrangente. Na coluna 2 (ODS) assinalámos apenas os ODS que são identificados pela FAO, como relevantes para a alimentação e agricultura.

A tabela 2 considera apenas as temáticas e objetivos e respetivos indicadores/metos onde as palavras “terra”, “solo” e “horta” e “espaços agrícolas” estavam presentes no articulado. É possível verificar a diversidade de temáticas associadas às mencionadas palavras, as quais não são coincidentes nos quatro planos analisadas. Nos ODS a

16 Ver <http://www.fao.org/publications/highlights-detail/en/c/1440069/> (Acedido em Outubro 2021).

Planejamento Urbano
Planejamento Urbano e a Paisagem

Guião Multidimensional	ODS	SAFA	CFFS	MUPPMF
Objetivos /Temáticas	Eradicar a pobreza (1)	Governança	Governança	Governança Alimentar
	Eradicar a fome (2)	Integridade Ambiental	Segurança Alimentar e Nutrição	Dieta Sustentável e Nutrição
	Igualdade de género (5)	Resiliência Económica	Socioeconómica	Equidade Económica e Social
	Água Potável e Saneamento (6)	Bem-estar Social	Ambiente	Produção Alimentar
	Reduzir as desigualdades (10)			Abastecimento e Distribuição Alimentar
	Produção e consumo sustentáveis (12)			Desperdício Alimentar
	Proteger a vida marinha (14)			
	Proteger a vida terrestre (15)			

Tabela 1 - Temáticas e Objetivos propostos nos ODS, SAFA, CFFS e MUPPMF

Guião	Dimensão	Indicador/meta	Contexto
ODS	Acabar com a fome (ODS-2)	1 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, nomeadamente através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de valor acrescentado e de emprego não agrícola (meta 2.3)	Acesso à terra
		2 Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais (meta 5.a)	Acesso à terra
	Proteger a vida terrestre (ODS 15)	3 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais (meta 15.1)	Preservação do solo
		4 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo (meta 15.3)	Preservação do solo
SAFA	Integridade Ambiental	1 Mede a presença de um plano que com indicadores e metas sobre a prevenção da degradação da terra ou medidas preventivas	Preservação do solo
		2 Mede a presença de práticas/ medidas com vista à prevenção da perda de solo produtivo (...)	Preservação do solo
		3 Pretende identificar e medir se os atuais usos do solo são feitos de forma a manter o seu potencial produtivo no futuro	Preservação do solo
		4 Pretende medir as alterações do uso do solo	Preservação do solo
CFFS	Ambiente	1 Proporção de terra que degradada relativamente à área total (Indicador 15.3.1)	Preservação do solo
	Socio económica	2 Proporção de agricultores com titularidade ou direitos de segurança sobre as terras agrícolas, por sexo; e (b) percentagem de mulheres proprietárias ou detentoras de direitos relativos a terras agrícolas, por tipo de titularidade (indicador 5.a.1)	Acesso à terra
MUPPMF	Produção de Alimentos	1 Número de habitantes da cidade, dentro das fronteiras municipais com acesso a uma horta urbana (Indicador 25)	Acesso à terra
		2 Superfície de (potenciais) espaços agrícolas dentro das fronteiras municipais (Indicador 27)	Acesso à terra
		3 Proporção de terras agrícolas na área municipal utilizadas para agricultura sustentável (Indicador 29).	Preservação do solo

Tabela 2 – Indicadores e Metas propostas para monitorização dos sistemas alimentares

“terra”, no seu sentido lato, aparece nos ODS 2, 5, e 15, sendo de sublinhar a sua ausência no ODS. 12 “produção e consumo sustentável”.

A partir da análise crítica dos indicadores/metadados listados é possível verificar que as palavras “terra/solo/horta/espaco agrícola” surgem fortemente associadas a dois contextos: solo como recurso que tem que ser preservado, notavelmente direcionada para a importância da prevenção da degradação da terra; ou, como direito de “acesso à terra” stricto sensu. Por fim, constatamos que estes dois contextos não estão cumulativamente presentes nos planos de ação e monitoramento. Regista-se um maior equilíbrio nos ODS e CFFS. No SAFA a vertente da preservação do solo é preponderante. No MUPPMF o ênfase é quase total no acesso à terra.

As metas dos ODS são complementadas com um conjunto de indicadores específicos a saber: Meta 2.3 (2 indicadores); Meta 5.a. (2 indicadores); Meta 15.1. (2 indicadores); Meta 15.3. (1 indicador). Nesse sentido procedeu-se ao cruzamento das metas com os indicadores

Como poderá ser observado na tabela 3 existe alguma incoerência entre as metas definidas e os indicadores utilizados nos ODS. Por exemplo, a meta 2.3, respeitante ao objetivo n.2 dos ODS, prevê a “garantia de acesso igualitário à terra”. No entanto, os dois indicadores associados apenas medem o volume de produção por unidade de trabalho e rendimento médio dos pequenos agricultores, ignorando a necessidade de medir o acesso igualitário à terra conforme definido na meta correspondente. Relativamente ao ODS 15 a “terra” enquadra-se numa perspectiva de preservação do solo. Assim, apenas o ODS 2 é suportado em indicadores de acesso à terra, numa vertente de igualdade de género.

ODS	Meta	Indicador		Acesso à terra
Acabar com a fome (2)	2.3	2.3.1. 2.3.2	-	Não
Igualdade de género (5)	5.a)	5.a.1. 5.a.2	- (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas - Proporção de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controlo da terra	Sim Sim
Proteger a Vida Terrestre (15)	15.1	15.1.1. 15.1.2	-	Não Não
	15.3	15.3.1	-	Não

Tabela 3 – ODS vs. correspondência entre Metas e indicadores de acesso à terra

Em síntese, o acesso à terra está contemplado em três dos quatro planos analisados, o que demonstra que a temática faz parte da agenda de trabalhos das organizações internacionais e nacionais. Contudo, a perspectiva da preservação do solo representa metade das ocorrências nos ODS e CFFS, e a totalidade das ocorrências no SAFA. Sendo o SAFA anterior aos ODS 2030, há espaço para acreditar que a sensibilidade em relação à temática do acesso à terra tem vindo a aumentar na última década. A grelha de indicadores MUPPMF é precisamente o documento mais recente, e o que mais enfatiza o “acesso à terra” para produção de alimentos.

CONCLUSÕES - OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE ACESSO À TERRA

Este artigo pretende ser um primeiro contributo de reflexão sobre as oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento de políticas, programas e estratégias de acesso à terra a partir da análise crítica de quatro planos de ação e monitorização. Os resultados obtidos demonstram que o acesso à terra para produção está previsto nas agendas internacionais e nas metas e indicadores que suportam essas agendas, o que consubstancia uma importante janela de oportunidade. Com base nos planos de ação e monitorização analisados e respetivas linhas temáticas o acesso à terra está previsto, e por isso pode ser facilmente encaixado, nos programas, estratégias e políticas que visem: a Igualdade de género (ODS-5); uma perspectiva socioeconómica (CFFS); e a Produção de Alimentos (MUPPMF). Em síntese, existe enquadramento para justificar o acesso à terra para produção agrícola nos instrumentos de planeamento territorial, justificando esta opção nos indicadores que compõem o MUPPMF designadamente no âmbito da “Produção de Alimentos” e nos indicadores estabelecidos pelo CFFS na temática socioeconómica. Como operacionalizar esta janela de oportunidade? Por exemplo, numa perspectiva de desenvolvimento social através da implementação de hortas urbanas, e numa perspectiva económica, estimulando a produção agrícola vs. criação de empregos locais, nomeadamente no sector de fornecimento dos mercados agroalimentares, feiras, restauração e cantinas públicas.

Considera-se que a não inclusão do “acesso à terra para produção” nos ODS número 11 - “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e número 12 - “Produção e Consumo Sustentáveis” é um constrangimento que limita o impacto e potencialidades destes ODS, nomeadamente, no seu potencial contributo para a definição de políticas de planeamento territorial que considerem a produção alimentar local. Por outro lado, a incoerência entre as metas estabelecidas nos ODS 2 e 15, e os indicadores correspondentes, representa um constrangimento adicional, que poderá gerar situações dúbias e limitar o alcance de uma política do acesso à terra produtiva, não obstante este designo estar subjacente às metas estabelecidas nos respetivos ODS.

Em conclusão, e em linha com o nosso argumento, defende-se que o acesso à terra deve fazer parte dos instrumentos de planeamento territorial e das políticas e programas de agricultura urbana e alimentação numa perspectiva de sistema alimentar integrado. Nesse sentido recomenda-se que as metas e indicadores de acesso à terra deverão: 3) ser incorporadas nos instrumentos de planeamento territorial e alimentar; 2) integrar as iniciativas, programas e políticas que visem o fortalecimento dos sistemas alimentares locais; 3) ser visibilizadas através de campanhas de sensibilização e capacitação dos decisores e técnicos dos governos nacionais e locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Daher, L. A., & Hora, K. E. R. (2020). Agricultura urbana nos vazios urbanos de Goiânia: estratégia de adaptação das cidades às mudanças climáticas globais. *Seminário Internacional de Investigación En Urbanismo*. <https://doi.org/10.5821/siui.9949>
- Delgado, C. (2021). How to access land for producing organic food? Land policy options grounded in Torres Vedras, Portugal. *Ciudades*, 24(24), 99–118. <https://doi.org/10.24197/ciudades.24.2021.99-118>
- FAO. (2013). Sustainability Assessment of Food and Agricultural System: indicators. In *Food and Agriculture Organization of the United Nations - Rome 2013*. <http://www.fao.org/nr/sustainability/sustainability-assessments-safa>

FAO, RUAF, & MUFPP. (2019). The Milan Urban Food Policy Pact Monitoring Framework (Pacto de milão sobre política de alimentação urbana marco de acompanhamento em Português). <https://www.fao.org/3/ca6144en/CA6144EN.pdf>

Manganelli, A., & Moulaert, F. (2019). Scaling out access to land for urban agriculture. Governance hybridities in the Brussels-Capital Region. *Land Use Policy*, 82, 391–400. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.015>

Marocchino, C., Kostas Stamoulis, G., Heinrich, Maria Magdalena Morrison, J., Taguchi, M., Santini, G., Takenoshita, K., Martin, G., Intini, J., Granados, S., & Tavares, L. (2020). Urban food systems and COVID-19: The role of cities and local governments in responding to the emergency. April, 1–6. <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca8600en>

Perrin, C., Clément, C., Melot, R., & Nougaredes, B. (2020). Preserving Farmland on the Urban Fringe : A Literature Review on Land Policies in Developed Countries. 1–20. <https://doi.org/10.3390/land9070223>

Poch, R. M., Dos Anjos, L. H. C., Attia, R., Balks, M., Benavides-Mendoza, A., Bolaños-Benavides, M. M., Calzolari, C., Chabala, L. M., De Ruitter, P. C., Francke-Campaña, S., García Préchac, F., Graber, E. R., Halavatau, S., Hassan, K. M., Hien, E., Jin, K., Khan, M., Konyushkova, M., Lobb, D. A., ... Vargas Rojas, R. (2020). Soil: The great connector of our lives now and beyond COVID-19. *SOIL*, 6(2), 541–547. <https://doi.org/10.5194/soil-6-541-2020>

Rioufol, V., Terre de Liens, Access to Land Network, & Via Campesina. (2020). Your land, my land, our land: Grassroots strategies to preserve farmland and access to land for peasant farming and agroecology. chrome-extension://efaidnbmninnlpcapjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.eurovia.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F05%2FEN-Your_Land_My_Land_Our_Land1.pdf&clen=5927865&chunk=true

Rodrigo, J., & Rioufol, V. (2017). Supporting access to land for farmers in Europe. https://www.accesstoland.eu/IMG/pdf/a2l_handbook_local_authorities.pdf

UNDP.(2021).SustainableDevelopmentGoals|UnitedNationsDevelopmentProgramme. United Nations Development Programme. https://www.undp.org/sustainable-development-goals?utm_source=EN&utm_medium=GSR&utm_content=US_UNDP_PaidSearch_Brand_English&utm_campaign=CENTRAL&c_src=CENTRAL&c_